

A tradição dos povos indígenas integrada à produção turística: uma alternativa viável

Djanires Lageano de Jesus¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexão teórico-conceitual sobre a produção do turismo em territórios indígenas considerando a tradição como elo elementar ao planejamento e desenvolvimento local. Para tanto, num primeiro momento, analisa-se o processo de formação das tradições, tanto por suas características ditas “autênticas”, como também “inventadas”. Discute-se ainda a questão dos espaços de resistência cultural e o diálogo destes com as novas tradições. A metodologia do trabalho foi baseada na associação direta entre pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à pesquisa bibliográfica, foram efetuadas leituras vinculadas ao campo do turismo, da geografia e da antropologia. Sobre o aspecto documental da análise foram consultados planos, programas e projetos vinculados aos órgãos públicos que fomentam o turismo brasileiro. Os resultados indicam que a atividade turística vem surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma localidade ao atestar a inserção de benefícios coletivos, quando planejada adequadamente. No planejamento voltado para o turismo indígena, deve-se buscar uma adequação das motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor. Para tanto, deve-se atender as expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo, no que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural transcendendo a esfera exclusivamente econômica.

Palavras-chave: Turismo Indígena. Tradição. Planejamento Turístico. Autenticidade.

Introdução

A tradição gera a reconstrução do mundo com a junção do passado com o presente em um processo de inclusão, de exclusão e de permanência aos elementos que são fundamentais e constituintes de cada cultura. Falar em tradição e modernidade nas manifestações culturais é

¹ Bacharel em Turismo; Bacharel em Administração; Mestre e Doutor em Geografia. Docente Efetivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Avaliador *Ad hoc* do INEP-MEC. Email: netoms@uems.br.

incitar perdas e ganhos, discriminações e aceitações, interesses internos e externos, ou seja, processo longo e delicado que ora pode potencializar interferências negativas e ora, promove a tradicionalização positiva dos grupos e territórios envolvidos.

Dimensionar e avaliar as interferências diretas que o turismo indígena pode provocar nos núcleos tradicionais, neste caso de análise nos territórios indígenas, torna-se questão basilar para a constituição de uma atividade que valorize o espaço utilizado como reprodução cultural. A atividade turística pode possibilitar ações de planejamento em longo prazo, com propostas de capacidade de suporte, conservação e revitalização da cultura como também potencializa o turismo de massa, com forte apelo para o lucro fácil, que visa a resultados de curto prazo, principalmente quando a atividade turística é tratada como estratégia de marketing para a geração de empregos e renda, ignorando-se, todavia os investimentos necessários para sua sobrevivência e conservação (Jesus, 2012).

Diante desse cenário, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão teórico-conceitual sobre a produção do turismo em territórios indígenas considerando a tradição como elemento basilar ao planejamento e desenvolvimento local. Para tanto, num primeiro momento, analisa-se o processo de formação das tradições, tanto por suas características ditas “autênticas”, como também “inventadas”. Discute-se ainda a questão dos espaços de resistência cultural e o diálogo destes com as novas tradições. Acredita-se que a junção do passado com o presente, em um processo de inclusão, exclusão e permanência de determinados elementos seja fundamental e constituinte de cada cultura. Parte-se do pressuposto de que a criação de um patrimônio cultural é baseada no aproveitamento de elementos das identidades, memórias locais e na sua recriação.

A metodologia do trabalho foi baseada na associação direta entre pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à pesquisa bibliográfica, foram efetuadas leituras vinculadas ao campo do turismo, da geografia e da antropologia. Sobre o aspecto documental da análise foram consultados planos, programas e projetos vinculados aos órgãos públicos de fomento ao turismo brasileiro.

Tradição: uma invenção?

Sabe-se que a palavra tradição vem do *latim*, do verbo "*tradere*" que significa trazer, entregar, transmitir, ensinar. Dessa forma, a tradição pode ser entendida como a transmissão de fatos culturais de um povo, quer seja de natureza espiritual ou material. Em muitos casos pode ser transmitida por meio dos costumes passados de pais para filhos no decorrer dos tempos, pois ao sucederem-se, parte das ideias, usos, memórias, recordações e símbolos são conservados pelo tempo. O termo tradição, tal como é usado atualmente, é, na verdade, produto dos últimos duzentos anos, na Europa. O conceito de tradição, portanto, é própria da criação da modernidade (Giddens, 2000).

Apesar de não ser considerada ciência de fato, a tradição está dividida em duas formas conhecidas: a histórica e a popular. A primeira destina-se à transmissão da memória de fatos ou de aspectos importantes, preservada por meio de documentos (cartas, biografias, arquivos, calendários, anais, entre outras formas); e monumentos (túmulos, palácios, obras de arte, brasões, esculturas, moedas e outros). Já a segunda, a tradição popular, reserva-se ao registro dos fatos culturais que são conservados pela oralidade ou mesmo pela aceitação coletiva do povo (Barbosa Lessa, 1983).

Mesmo a tradição conhecida como a passagem de hábitos e costume antigos de geração para geração, na atualidade, vem sendo modificada na medida em que os indivíduos estão renovando suas ideologias e vendo as transformações sociais com outros olhos. Ainda nas sociedades mais tradicionais, aspectos como os relacionados ao campo religioso vêm procurando adequar-se para atender as mudanças provocadas no meio social e cultural. Exemplo disso são as congregações evangélicas e a própria igreja católica, que antes possuíam conduta rígida e conservadora, hoje são mais flexíveis e modernas.

Nesse contexto, a tradição assume vários papéis importantes para o povo, seja ela constituída de forma original ou como também caracterizada por alguns autores, como para Hobsbawm e Ranger (2006), de "invenção", abordagens que serão discutidas ao longo do artigo como forma de entender suas concepções, projeções e como são vivenciadas de fato.

Voltando ao ponto de partida, é importante entender que a realidade social de um povo é baseada na tradição, transmissão de atitudes, valores, mudanças e evolução. Como afirma Claval (2009, p. 14):

[...] Seu papel é permitir que pessoas muito diversas por seus estatutos, suas responsabilidades e suas funções convivam num mesmo ambiente. Toda sociedade deve assegurar a reprodução biológica de seus integrantes, a transmissão da sua cultura, a produção dos bens materiais e simbólicos e a regulação das tensões e conflitos inerentes à diversidade dos comportamentos e estatutos.

Na regulação acima referida, têm-se como exemplos a religião e as ideologias, que vêm assumindo papel fundamental na compreensão do pensamento sociológico concebido por meio de conjunto de sentidos, valores, representações e simbologias. E, dentro desse universo de diferenciação de produções tangíveis ou imateriais dos saberes, deve-se levar em consideração a premissa que está diretamente intrínseca e que diz respeito à questão identitária de cada povo. Tem-se que cada grupo social se diferencia nos hábitos e costumes, mesmo porque, como aponta Claval (2009, p. 12): “As sociedades não são homogêneas”.

Nessa diferenciação entre hábitos e costumes, Giddens (2000, p. 51) enfatiza que:

As tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual do modo como os hábitos o são. O que a tradição tem de distintivo é que ela define um tipo de verdade. Uma pessoa que segue uma prática tradicional não cogita de alternativas. Por mais que a tradição possa mudar, ela fornece uma estrutura para a ação que pode permanecer em grande parte não questionada.

Dessa forma, a tradição cultural assume um papel fundamental na construção identitária de um povo como evidenciado também por Castells (1999) que assegura ainda que a identidade só é construída por meio de mecanismos fornecidos pela história, geografia, biologia e memória coletiva. Para ele, esses aparatos mostram-se como determinantes para a formação do conteúdo simbólico, tomado de maneira particular ou coletivizada. É através da formação ou reconstrução

da identidade de um povo que se pode fazer valer o respeito pela diversidade e alteridade¹ étnica, mesmo sob a tendência de homogeneização promovida pelo atual sistema econômico.

Neste momento, vale destacar também a visão de Claval (2009), cujo argumento assevera que a sociedade é uma entidade que se autorreproduz e, ao mesmo tempo, muda. Para ele, “A autorreprodução repousa sobre a exploração dos recursos para satisfazer as necessidades humanas, sobretudo à reprodução biológica e a transmissão dos saberes e crenças de uma geração para outra” (Claval, 2009, p. 16). A necessidade de se transformar constantemente é realidade vivida pelos indivíduos há muito tempo e serve para atender tanto os desejos pessoais como as tendências do ambiente externo.

Dessa forma, a reprodução material provocou a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a formação de classes. O enriquecimento da classe burguesa e o crescimento acelerado da mecanização conduziram ao atual e conhecido modo de produção capitalista. De acordo com a visão marxista, o sistema de trabalho era pago por seu valor de troca e não por seu valor real, ou seja, o capital enriquecia-se a custa do trabalho, resultando no empobrecimento dos operários e na formação de proletariado cada vez mais excluído da sociedade. Assim, o ideário de união social parecia como algo cada vez mais distante, como disfarce da realidade e impossível de se concretizar de fato (Claval, 2009).

Assim, as transformações socioeconômicas ocorridas com o advento do capitalismo potencializam o pensamento que modifica a natureza e os seres humanos em produção e, por conseguinte, o ambiente em mercadoria. Na visão antropológica de Sahlins (2007, p. 445):

[...] O capitalismo pôs a solta no mundo imensas forças de produção, coerção e destruição. Todavia, precisamente por serem irresistíveis, relações e bens do sistema mais amplo também passam a ocupar lugares dotados de significado na ordem local das coisas. Em consequência, as mudanças históricas na sociedade local também estão em continuidade com o esquema cultural suplantado, enquanto a nova situação vai adquirindo uma coerência cultural de natureza distinta.

¹ Segundo Suess (1995, p.71) alteridade é: “Diferença e diversidade constitutivas de identidade. É a arma de resistência mais eficaz do pobre. A alteridade é o muro que separa o colonizador do santíssimo dos povos colonizados”.

Comparativamente, em detrimento da questão de renovação e fortalecimento de representações sociais que se alternam mediante os processos econômicos e culturais, cita-se também como exemplo, o processo de globalização e como esse influencia nas comunidades ditas como tradicionais, nesse caso, a dos povos indígenas. Sahlins (2007, p. 447) salienta que “Assim, teremos que examinar como os povos indígenas lutam por integrar sua experiência no sistema mundial em algo que é mais lógico e ontologicamente inclusivo: seu próprio sistema de mundo”. Em muitos casos, relacionando-se ao desenvolvimento aparentemente renovado, que se apoia em planejamento dito estratégico e sustentável, para alcançar as metas de legitimar as práticas de acumulação, homogeneização cultural e reprodução do capital, todavia, priorizando os aspectos endêmicos da cultura e alteridade indígena.

Nas fronteiras da desigualdade e exclusão, as comunidades indígenas são protagonistas, além é claro, das classes menos favorecidas que habitam cortiços, favelas, quilombos e vilas dispostas em todo o território nacional brasileiro. Não se evidencia claramente o multiculturalismo arraigado nas alteridades encontradas nos grupos sociais diversos com sua exclusão ao direito a cidadania e dignidade de acesso às necessidades básicas como moradia, saúde, educação, cultura e lazer.

Recorrendo novamente a Sahlins (2007, p. 520):

[...] Todos têm direito de construir sua existência em relação a condições externas, naturais e sociais, que eles não criaram nem controlam, mas que não pode evitar. [...] Nesses aspectos, nenhuma cultura é sui generis. E a fabricação mais ou menos consistente da cultura, em resposta a “pressões” externas imperativas, é um processo normal – dialético ou sismogênico, talvez, mas não patogênico.

As transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas desde os primórdios da humanidade, promovem diversas indagações, apontadas a seguir: Como se constitui a identidade de um povo? A tradição é elemento que se perpetuará ou estará a cada momento se reconfigurando para atender as necessidades do sistema econômico e, conseqüentemente, para sobreviver a estas tendências? Existe uma tradição autêntica ou nada mais é do que “invenção”

(como apontados por Hobsbawm e Ranger, 2006) como forma de transmitir o conhecimento gradativo, acompanhando as interferências sociais?

Os questionamentos acima evidenciados permitem perceber que cada vez mais as pessoas vêm sofrendo reflexos marcantes promovidos pelo meio em que estão inseridas. Com relação ao primeiro questionamento, vale lembrar que a identidade de um povo é cíclica e, mesmo com as interferências externas, existem os apegos simbólicos constituintes de cada cultura. Quanto à segunda indagação, é difícil prever se existirá homogeneização generalizada da cultura, porém é indiscutível que para mantê-la é preciso se adequar à evolução do sistema econômico. Na última, relacionada à autenticidade e a invenção das tradições, vale lembrar que cada recorte histórico possui seus fatos e acontecimentos que determinaram seu sistema de conduta e regência administrativa. Para tanto, observa-se na história que, em vários eventos, as tradições que parecem ou são ditas como antigas são bastante recentes, quando não são em sua maioria, fantasiadas.

Partindo dessa perspectiva, a “invenção” das tradições passa a ser analisada a partir dos preceitos dos historiadores Hobsbawm e Ranger (2006), além do antropólogo Marshall Sahlins (2007). Os autores estabelecem a noção teórica da evolução da humanidade, apontando que há sempre de se passar por um processo contínuo e inevitável de mudanças. Nesse processo estão incluídas também as sociedades ditas tradicionais, como as comunidades indígenas, no caso deste estudo. Elas sofrem diversos tipos de preconceitos devido ao ideário romântico estabelecido pela sociedade não indígena, que as concebem através de uma visão de sociedade intocável, ou seja, que devem permanecer inertes às transformações internas e externas de seus territórios.

Mas afinal, como entender o significado do termo “Invenção das tradições”? Para Hobsbawm e Ranger, trata-se de:

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm e Ranger, 2006, p. 9).

Assim, a nova tradição é introduzida no passado histórico, mas não necessariamente em fatos antigos perdidos nas brumas do tempo, já que a “invenção” costuma estabelecer com ele uma continuidade artificializada e, muitas vezes, repetitiva. Com essa dinâmica, é possível perceber o contraste entre as constantes mudanças e inovações da atualidade, na tentativa de estruturar de maneira imutável aspectos da vida social e cultural da sociedade moderna.

É evidente que o costume tem a função de promover qualquer modificação almejada (ou até mesmo a resistência à inovação) na aprovação do precedente. A continuidade e direitos adquiridos baseiam-se na flexibilidade e no comprometimento formal com o decorrido. Os fatos e acontecimentos do passado remetem a uma viagem por esses dois fatores importantes e constituintes da sociedade. O mundo já foi cenário de grandes eventos históricos que influenciaram hábitos e costumes da sociedade, como por exemplo, as indumentárias, os jubileus reais, as batalhas, as datas especiais, os campeonatos, entre outros acontecimentos.

Relacionada aos grandes eventos ocorridos, contados no livro *Cultura na Prática*, ditos como “tradicionais”, Sahlins (2007, p. 510) faz crítica dizendo:

O que mais se pode dizer senão que algumas pessoas ficam com toda a sorte histórica? Quando os europeus inventam suas tradições – como os turcos nos portões trata-se de um autêntico renascimento cultural, dos primórdios de um futuro progressista. Quando outros povos o fazem, trata-se de um sinal de decadência cultural, de uma recuperação artificial que só pode produzir simulacros de um processo morto.

Seguindo os rumos históricos, destaca-se que, a partir da Revolução Industrial, a sociedade foi naturalmente obrigada a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas mais aceleradas e frequentes. Com o funcionamento da aplicação de rotinas, foram se desencadeando, ao mesmo tempo, hábitos de trabalho, promovendo a automação e a mecanização, contribuindo para o engessamento dos reflexos e habilidades humanas sobre a capacidade de lidar com situações imprevistas (Hobsbawm e Ranger, 2006).

Vale destacar, segundo Hobsbawm e Ranger (2006, p. 11) que “[...] as tradições ocupam um lugar diametralmente oposto às convenções ou rotinas pragmáticas”. Dessa forma, o termo

em si está basicamente relacionado ao processo de formalização e ritualização pretérita, mesmo havendo a imposição da repetição e frequência. Assim, elas ocorrem:

[...] quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e a flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas (Hobsbawm e Ranger, 2006, p. 12).

As novas tradições são elaboradas e colocadas em prática na medida em que ocorrem transformações complexas e rápidas a fim de atender tanto a demanda quanto a oferta. Fica claro, portanto, que as ditas “novas” tradições surgem simplesmente pela inabilidade de adaptar as tradições e costumes antigos, tanto pela imperícia como pela comodidade em se reproduzir aquilo que o mercado determina. Para promover a mudança necessária, seria preciso levar em conta as características ritualísticas, simbólicas e morais dos grupos envolvidos. A diferença existente entre as práticas antigas e as inventadas é que, as primeiras estão relacionadas às práticas sociais específicas e coercitivas, enquanto que as inventadas têm a tendência de serem vagas quanto à natureza de seus direitos, valores e obrigações (Hobsbawm e Ranger, 2006).

Nas práticas antigas, os membros de um determinado grupo social eram estimulados e, muitas vezes, obrigados a atenderem as “regras do jogo”, como também valorizar o patriotismo, lealdade, dever, entre outros fatores. Apesar da inclusão das invenções na sociedade, as novas, não preencheram por completo as lacunas provocadas pelas velhas tradições e antigos costumes, mesmo com o passado tornando-se de certa forma menos importante como modelo de comportamento humano.

Exemplo dessa tendência é o caso de grande parte dos povos indígenas que vivem na América do Sul, sobretudo no Brasil. Eles, mesmo com as transformações do mundo moderno, com o advento da tecnologia, programas assistenciais, educação, urbanização entre outros fatores sociais, não perderam as raízes tradicionais, utilizando com conhecimento sua cultura milenar para suprir as mazelas do mundo globalizado. Para Cohn (2006, p. 175) “Os elementos contidos

numa constituição simbólico-cultural não são uma mera reunião de itens e coisas, mas organizam-se seguindo um padrão que afirma a relação entre os elementos e determina seu valor”. Daí a explicação de muitas das resistências culturais.

A necessidade de identificar se a tradição é inventada ou não perde seu valor na medida em que a “autenticidade” está, muitas vezes, relacionada aos próprios critérios adotados pelo grupo social. Concordando com Sahlins (2007, p. 526): “Em vez da derrubada do sistema mundial, que é hoje uma realidade irreversível de sua vida, as invenções e inversões da tradição dos povos locais podem ser entendidas como tentativas de criar um espaço cultural diferenciado no seu interior”. Existe, entretanto, a “manipulação” da tradição, que passa a ser instrumento utilizado por determinados grupos com o fim de se apropriarem da garantia de manutenção do sistema capitalista. As obras que são, ao mesmo tempo, indigenizantes e modernizantes, parecem mais estruturais do que apenas hipócritas (Sahlins, 2007). Assim, o poder simbólico e cultural sempre será o antídoto para dar a tônica necessária entre o antigo e o novo, bem como para entender o processo de tradicionalização e, por conseguinte, de sobrevivência existencial.

Reflexões para composição do produto turístico cultural: território indígena

A análise subjetiva do território e, por extensão, a questão imbricada na tradição de povos indígenas, podem ser assinaladas por uma soma de representações de como esses povos concebem e reconhecem a sua importância cultural, histórica e social diante da sociedade às quais estão vinculados. Logo, é imperativo contemplar tais questões ao abordar a temática do turismo indígena, sobretudo o sentimento de pertença aos grupos e aos espaços historicamente utilizados.

Entende-se o turismo indígena, segundo Jesus (2012, p.78):

[...] como um segmento da atividade turística que é desenvolvido dentro ou fora dos territórios tradicionais, segmento este que fomenta ações de base comunitária abarcando em sua essência a conservação e sustentabilidade sociocultural e ambiental, bem como a revitalização de modos de vida tradicional coesos com a realidade de vida atual, além da geração de renda para a própria comunidade envolvida. Para sua composição a comunidade indígena decidirá as

ações a serem desenvolvidas e posteriormente articuladas com os agentes de fomento do turismo.

Considerando a dinâmica evolutiva na tradição dos povos, a prática do turismo indígena não se restringe a cultura materializada e estanque no tempo, uma vez que os povos indígenas acompanham as tendências mundiais de desenvolvimento, não desmerecendo seus valores tradicionais de identidade e alteridade étnica. Não se trata, portanto, de questionar sua autenticidade, pois a própria experiência turística promove de fato a prova de intercâmbio intercultural entre o indígena e o visitante do atrativo.

Diante desse julgamento, afirma-se que o sentido de território passa a existir como um tecido social carregado de história e tradições, cuja herança e vínculos culturais assumem função importante para construir condições que fomentem a criação de variáveis para sua transformação, tendo em vista que as ações humanas são passíveis de modificações ao longo de sua trajetória histórica e pessoal. Nesse sentido, não se justifica julgar que determinado grupo “perde” sua autenticidade e tradicionalidade, em virtude das transformações provocadas pela atividade turística, como acontece no caso do povo Māori, da Nova Zelândia, os Kadiwéu em Mato Grosso do Sul, Mapuche (Chile), Nevería (México), Wichí (Argentina), Kuna (Panamá), Maracaíbo (Venezuela), entre outros. As modificações, em maior ou menor grau, podem estar associadas à própria vontade pessoal ou relacionadas ao meio externo.

Dessa forma, pode-se afirmar que a formação dos grupos indígenas é capaz de conceber o seu território como um espaço que alude a uma grande carga emocional, atribuindo-lhe um sentido de pertença e apropriação na criação de sua identidade, étnica e territorial. Assim, considera-se que os povos indígenas, constroem sua própria dinâmica de adoção do espaço a partir de uma identidade cultural fundamentada nas relações que mantêm com o meio. Eles são capazes de delimitar configurações que atribuem sentimentos vitais e simbólicos à sua existência.

Essa estruturação dá forma ao território, regula as relações entre o grupo e o meio em que se insere, estabelecendo vínculos mais permanentes entre o homem e a terra – no sentido físico e subjetivo. Relacionando à questão indígena, pode-se asseverar que o território mostra-se como um espaço de relações sociais que se harmonizam, a fim de refletir uma identidade comum – no

sentido de autoafirmação perante o outro. Dessa forma, o território constitui-se em mudança e constante transformação de um processo de aceitação, no sentido de pertencer ao grupo e ao espaço em que está inserido, sendo resultado coletivo do grupo para usar e se identificar com o ambiente, seja ele físico, político, social, econômico ou cultural.

Embora os povos indígenas provenham de meios geográficos, culturais e econômicos muito diversos, partilham de problemas e oportunidades comuns. Dessa forma, em termos de cultura, turismo e desenvolvimento local, pode-se apontar que as práticas e manifestações indígenas são de certa forma, correlatas, na medida em que o fator cultural se mostra em ambos como uma ferramenta capaz de mobilizar, integrar e convergir ações.

Pelo mesmo viés argumentativo, acredita-se que empreender o turismo em comunidades indígenas, tomando-se o axioma do desenvolvimento local, é interligar os recursos existentes sem desconsiderar as variáveis que recaem sobre eles, a fim de manter e evitar a extinção. Assim, a localidade com potencial turístico, como fomentado por diversos países da América do Sul, deve apresentar condições que demandem efetivamente critérios para sua idealização, sem, no entanto, descaracterizar os anseios e as necessidades da comunidade.

A atividade turística vem surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma localidade, ao atestar a inserção de benefícios coletivos, quando planejada adequadamente. No planejamento voltado para o turismo indígena, deve-se buscar uma adequação das motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor. Por isso, deve-se procurar atender as expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo, no que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural, considerando que a atividade turística transcende a esfera econômica.

A busca de tal equilíbrio deve ser cuidadosa, para que as comunidades indígenas envolvidas não “reduzam” sua autenticidade e tradicionalidade na massificação que pode ser potencializada com a atividade turística. Existem casos, onde comunidades foram influenciadas estritamente pela questão econômica do turismo, deixando de lado seu valor cultural, o que provocou sérios problemas, resultando, em alguns casos, no desaparecimento da atividade.

O planejamento responsável deve reconhecer no turismo sua complexidade para processá-lo, de maneira a priorizar mudanças que possam alavancar o desenvolvimento. Caso o turismo seja delineado a partir de uma expectativa reducionista como, por exemplo, a partir de aspectos econômicos, este gerará, por consequência, uma desestabilidade nas demais dimensões. O fator econômico deve ser utilizado como indutor de desenvolvimento para a economia local, pois não existe a concepção de um negócio sem aporte financeiro. Entretanto, o objetivo maior é propiciar meios de promover a sensibilização dos jovens indígenas e investir em sua projeção profissional na própria comunidade, ao invés de priorizar outras profissões que não valorizam sua identidade cultural (Jesus, 2012).

Portanto, para que o turismo seja um fator valorativo, auxiliando na preservação e manutenção do ambiente físico e social indígena é preciso pensar num planejamento de qualidade e de gerenciamento da atividade, envolvendo diretamente a comunidade nas decisões estratégicas de valor tradicional e cultural. Importante destacar que o planejamento turístico exige uma forte responsabilidade de setores públicos e privados, ao projetar uma ação em que se conceba a maximização de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local, ao mesmo tempo em que mitiga ou elimina efeitos adversos.

Considerações Finais

Considerando as premissas indicadas, a tradição assume papel preponderante na própria revitalização cultural dos grupos indígenas e conseqüentemente aporte para a organização turística, desmerecendo julgar se é autêntica ou inventada, já que o próprio grupo envolvido que define seus traços culturais constituintes. Fomentar a (re)tradicionalização é o melhor caminho para minimizar a massificação por completo da cultura pois essa interferência pode estimular um tipo de demanda indesejada, ou seja, que provoca a depredação e o preconceito.

A (re)tradicionalização - também denominada como “re-enraizamento” (Haesbaert, 1999), “re-significação” e “reinvenção” (Hobsbawm e Ranger, 2006), tem como objetivo revitalizar, reproduzir, transformar num contexto descaracterizado e esquecido ao longo do tempo. Busca-se,

com isso, uma realidade mais aceitável pela comunidade local envolvida no processo cultural sob o olhar crítico do espectador, ou seja, de um “consumidor” cultural (Hall, 2006). Ou seja, (re)tradicionalizar, significa em linhas gerais, incorporar às tradições modernas, a tradução do conteúdo originariamente crítico em configurações convencionais e auto referidas, mediante o trabalho minucioso de observação sobre os traços elementares e intrínsecos de cada grupo cultural identificado (Hobsbawm e Ranger, 2006).

É evidente que o processo de (re)tradicionalização não ocorre numa relação harmônica, já que é estimulado e conduzido, sobretudo pela questão econômica. Nessa relação, promove-se a espetacularização e a mercantilização da cultura, além de outras manifestações populares, como a mudança do domínio da tradição para a esfera do consumo, muitas vezes, imediatista e de massa. Uma das formas de garantir a revitalização, ou seja, a (re)tradicionalização é compreender algumas características estruturais como o de restabelecer determinado traço cultural em desuso. Dessa forma, pode-se ter o cortejo dessa renovação, representado pelas manifestações culturais como as festas populares, e também, criar formas de aplicação e desenvolvimento da “reinvenção das tradições”.

Além disso, outro aspecto importante é implantar uma gestão participativa no momento de desenvolvimento do turismo indígena. Se a comunidade indígena não estiver preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à atividade, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica, que não gerará benefícios socioculturais de longo prazo à comunidade envolvida.

Igualmente importante é o desenvolvimento de um sistema de participação decisória, como resultado de um processo sociocomunitário. Este deve inserir o indivíduo a condicionantes histórico-culturais que priorizam a relação ao restaurar a capacidade individual e coletiva de cooperar no objetivo único. Nesse sentido, devem ser favorecidas as práticas culturais familiares e sociais da comunidade na produção e transformação do espaço a partir do turismo, seja pela arte, cultura, tradição, natureza, entre outros elementos (re)tradicionalizados.

Nesse sentido, considera-se que a expectativa para com o desenvolvimento do turismo em território tradicional deva estar voltada à escala humana, ou seja, deve privilegiar o ser humano, possibilitando o “desabrochar” de suas competências, habilidades e potencialidades endógenas, assegurando conseqüentemente condições mais justas e equitativas. Acrescenta-se que o entendimento desse princípio valorativo está baseado na escala humana, oportunizando, simultaneamente, o desenvolvimento local e o fomento turismo, já que ambos têm o homem e seu bem-estar como foco principal.

Referências

- Barbosa Lessa, L. C. (1983). *Caráter cíclico do tradicionalismo*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore.
- Brasil. Ministério do Turismo (Mtur). *Plano Nacional do Turismo 2011 - 2014*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em 14.09.2011, 14h07'.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade: a era da informação - economia, sociedade e cultura*. V.2. São Paulo: Paz e Terra.
- Claval, P. (2009). *Globalização, migrações, inclusão e exclusão: algumas reflexões*. In: Almeida, M. G & Cruz, B. N. *Território e Cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia: UFG.
- Cohn, C. (2006). *Relações de diferença no Brasil Central. Os Mebengokré e seus Outros*. São Paulo. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), Curso de Pós Graduação em Antropologia.
- Giddens, A. (2000). *Tradição*. In: *O mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Record.
- Haesbaert, R. (1999). *Identidades territoriais*. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R. L. (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Hall, S.(2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobsbawm, E. & Ranger, T. (2006). *A invenção das tradições*. 4 ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Jesus, D.L. (2012). *A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul, BR) e Maori (Ilha Norte, NZ)*. Curitiba, 264f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós Graduação em Geografia.
- Sahlins, M. (2007). *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Suess, P. (1995). *Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros*. Ensaio de missiologia. São Paulo: Paulus.